

CÂMARA DOS DEPUTADOS

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO

(Do Sr. Felipe Souza)

Requer informações para o Excelentíssimo Ministro da Infraestrutura, o Senhor Tarcísio Freitas, sobre sistema de Outorga para uma rodovia, com cobrança de pedágio, e sua viabilidade para ser aplicado na BR 319

Sr. Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro que seja encaminhado ao Ministério da Infraestrutura, o pedido de informações sobre sistema de Outorga para uma rodovia, com cobrança de pedágio, e sua viabilidade para ser aplicado na BR 319, conforme segue:

- 1) Se existe a possibilidade de carimbar orçamento para que a BR 319 possa se habilitar no PPI e ao EPL para outorga com cobrança de pedágio;
- 2) Se o término da BR319 poderia concorrer ao planejamento do ministério;

JUSTIFICAÇÃO

Mesmo sendo um importante corredor de exportações do estado do Amazonas, a BR 319 segue sem sua conclusão por omissão de Governos pouco preocupados com o desenvolvimento.

Essa deficiência logística é um fator limitativo da infraestrutura econômica, principalmente, na Região Norte.

Segundo a Federação das Indústrias do Amazonas-FIEAM, as vantagens tributárias da Zona Franca de Manaus não estão mais compensando a falta de estrutura logística, principalmente, a rodoviária, levando as empresas a depender de aumento dos incentivos fiscais para ter competitividade.

Diante deste cenário, solicito informações sobre a possibilidade de mudança no regime de concessão, pelo novo Ministro da Infraestrutura, que vislumbra



CÂMARA DOS DEPUTADOS

novas maneiras para resolver o problema da malha rodoviária federal durante sua gestão.

Conforme noticiado, um estudo ao PPI (Programa de Parceria de Investimentos) e à EPL (Empresa de Planejamento e Logística) já foi solicitado. Existindo a possibilidade de habilitar a concessão de cerca de 5.400 quilômetros de rodovias nas próximas reuniões do PPI.

Diante dos fatos é que solicito atenção à situação da BR 319.

Conforme informações, atualmente, o Dnit (Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes) administra 57,2 mil quilômetros em todo o país, tendo R\$ 7 bilhões para conservá-las. Na década passada, o país dispunha do dobro desse valor para rodovias. Ao criar o fundo rodoviário nacional, a equipe de infraestrutura quer carimbar esse recurso para torná-lo imune ao contingenciamento do Orçamento, que, neste ano, será restritivo.

Sendo a fiscalização uma das funções do legislador, faz-se necessária a aprovação deste requerimento de informações para termos dados suficientes a respeito da atuação do Poder Executivo, a fim de se assegurar a efetividade das leis ou, se assim for necessário, tomar medidas para que sejam implementadas de forma eficiente e transparente.

Sala das Sessões, 11 de janeiro de 2019.

Dep. Felipe Souza PHS/AM